

O LIBERALISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DA IDEIA DE LIBERDADE À DEVASTAÇÃO ULTRALIBERAL¹

Paulino José Orso ²

Resumo

O liberalismo acumula aproximadamente cinco séculos de história. Reconhecido como ideologia do capitalismo, apesar de reter algumas características básicas que o identificam, passou por diversas transformações ao longo do tempo, acompanhando o processo de desenvolvimento do capital. Em decorrência disso, neste artigo, por um lado, pretendemos fazer uma análise desde uma perspectiva histórica para compreender as mudanças mais substanciais pelas quais passou, e, por outro, lançar luz sobre a realidade, para compreender o atual momento que estamos vivenciando, tanto em âmbito local, quanto global, e verificar os desafios que se colocam para os trabalhadores.

Palavras-chave: capitalismo; liberalismo; neoliberalismo; ultraliberalismo.

LIBERALISM IN HISTORICAL PERSPECTIVE: FROM THE IDEA OF FREEDOM TO ULTRALIBERAL DEVASTATION

Abstract

The liberalism accumulate approximately five centuries of history. Recognized as ideology of capitalism, despite retaining some basic characteristics that identify it, it has undergone several transformations over time, following the process of

¹ Este artigo, inicialmente, é resultado de uma discussão realizada no dia 23 de março de 2021, junto ao grupo These, que envolve os programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), acerca do liberalismo e de sua história, que, por sua vez, está relacionado à pesquisa intitulada “*O liberalismo e seu percurso histórico: da modernidade aos dias atuais*”, iniciada durante o pós-doutorado, ocorrido na UERJ, entre os anos de 2013 e 2014, sob a supervisão do prof. Gaudêncio Frigotto. Por fim, foi reelaborado e readequado para esta publicação.

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, professor dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. e-mail: paulinorso@uol.com.br

capital development. As a result, in this article, on the one hand, we intend to make an analysis from a historical perspective to understand the most substantial changes it has undergone, and, on the other, to shed light on reality, to understand the current moment we are experiencing, both both locally and globally, and to see the challenges facing workers.

Keywords: capitalism; liberalism; neoliberalism; ultraliberalism

LIBERALISMO EN PERSPECTIVA HISTÓRICA: DE LA IDEA DE LA LIBERTAD A LA DEVASTACIÓN ULTRALIBERAL

Resumen

El liberalismo acumula aproximadamente cinco siglos de historia. Reconocido como ideología del capitalismo, a pesar de conservar algunas características básicas que lo identifican, ha sufrido varias transformaciones a lo largo del tiempo, siguiendo el proceso de desarrollo del capital. Por ello, en este artículo, por un lado, pretendemos hacer un análisis desde una perspectiva histórica para comprender los cambios más sustanciales que ha sufrido y, por otro, arrojar luz sobre la realidad, para comprender el momento actual que estamos viviendo, tanto a nivel local, como global, y para verificar los retos que se plantean a los trabajadores.

Palabras clave: capitalismo; liberalismo; neoliberalismo; ultraliberalismo

Introdução

Não é novidade para ninguém que estamos vivendo num momento extremamente complexo e assustador. O neofascismo, a extrema direita, o autoritarismo, a criminalização das manifestações contrárias aos interesses da classe dominante, o individualismo exacerbado, o racismo, a xenofobia, o machismo, o feminicídio e a violência doméstica avançam velozmente; os golpes e os ataques aos trabalhadores, à saúde, à educação e à escola pública, da mesma forma que a intensificação do trabalho e sua precarização, o desemprego, a pobreza, a miséria e a violência, campeiam soltos; o meio ambiente está sendo incinerado e devastado. E, somem-se a isso, as ameaças do coronavírus, que, em pouco mais de um ano, ceifou a vida de mais de 430 mil pessoas no Brasil, e no mundo, o número de mortos, já se aproximando de 3,4 milhões de pessoas (12.05.21).

Isso, porém, nem de longe representa toda a tragédia em que estamos metidos. Além do mais, a velocidade com que as mudanças estão ocorrendo, nos causa a impressão de que um raio desabou sobre nossas cabeças e nos deixou todos atônitos.

A realidade é tão dura que parece que estamos mergulhados em um profundo lamaçal, no caos absoluto, e que não há lógica que dê conta de decifrá-la nem de explicá-la, e, por conseguinte, que seremos todos devorados. Assim, assombrados, por vezes, buscamos refúgio na alienação.

Diante disso, perguntamos: O que tudo isso tem a ver com o liberalismo? Existe alguma racionalidade e explicação para tudo o que está acontecendo? Responder essas questões é o que nos propomos neste artigo.

1. Sensação de caos e busca da racionalidade

Apesar de nossa análise partir dos fatos e fenômenos que nos envolvem e nos atormentam no atual momento, nossa análise não se pautará pelo presentismo, até mesmo porque ele não dá conta de explicar o movimento histórico e apontar as razões efetivas do que está ocorrendo. Em função disso, para apreender as múltiplas determinações do real, nos utilizarmos de uma análise de longa duração, de caráter dialético.

Entretanto, diria que, apesar da sensação de caos que nos abate, há muita ordem e racionalidade no que às vezes nos parece confuso. A realidade está muito longe de ser apenas um amontoado de fatos e fenômenos justapostos e desconexos. Além do mais, não podemos confundir ausência de conhecimento com “caos”.

O fato é que estamos mergulhados numa profunda crise, que ocorre num momento de extrema fragilidade dos trabalhadores. Ela nos encontra desorganizados, desunidos, com uma precária capacidade crítica e analítica, e ademais, acuados e aprisionados pelo novo coronavírus. Diante disso, ficamos agoniados. E, enquanto nossas análises vão pouco além das aparências e do mecanismo estímulo X resposta, o capital “nada de braçada”.

Assim, na ausência de um conhecimento efetivo e de uma consciência elaborada, quem pauta o que devemos pensar, como devemos agir, o que

devemos fazer, como devemos lutar, em geral, é a grande mídia e as chamadas mídias sociais, ou então, a classe dominante.

Isso, de certo modo, também ocorreu no passado, durante a ditadura de 1964. Contudo, na medida em que a crise foi se generalizando e a repressão também foi se ampliando, acabou forçando um número cada vez maior de intelectuais, educadores, artistas, estudantes, líderes políticos, sindicalistas, economistas, enfim, a reagir e buscar saídas para a crise. Ao mesmo tempo, foi obrigando os trabalhadores deixarem de lado suas pequenas divergências, se organizarem e se unirem. Isso reverteu em conhecimento, em consciência, em organização e mobilização, de tal modo que a ditadura se tornou insustentável e teve que ceder.

No atual momento, está ocorrendo praticamente o mesmo. Porém, dada a fragilidade do conhecimento, a falta de consciência, a desmobilização e a desorganização dos trabalhadores, a burguesia está aproveitando para agir rápido, destruir tudo o que pode e concentrar tudo o que pode. Não obstante, como a história não é linear, também está gestando e desencadeando um movimento contrário. Na medida em que a crise se aprofunda e a repressão aumenta, tende a provocar reações, aumentar as mobilizações e o número de intelectuais e produções críticas, apontando a necessidade de superação da atual realidade.

É importante mencionar que, como somos bastante coerentes, nossas ações e nossas lutas dependem da compreensão que temos da realidade. Afinal, assim como compreendemos, também agimos. Assim, com Lênin, é válido afirmar que, se uma correta interpretação do mundo não é suficiente para transformar a realidade, tanto menos uma interpretação equivocada.

Por isso, partindo do pressuposto da existência da realidade objetiva, e de que ela não é produto da consciência, que tem suas razões de ser, mais do que novas interpretações do mundo, trata-se de buscar um conhecimento objetivo, que possibilite sua transformação.

Daí a necessidade de compreender adequadamente a realidade objetiva, ou então, de compreender o atual momento. Entretanto, como nos diz Karl Marx, “o indivíduo não se explica por si mesmo” (MARX, s/d, p. 301).

E o mesmo se pode dizer do atual momento. Não caiu do céu, nem é fruto do acaso. Por conseguinte, caso queiramos compreendê-lo adequadamente, precisamos romper com as amarras do presente, mergulhar na história e buscar os seus determinantes mais amplos.

Afinal, quando estamos muito próximos de um determinado objeto, em geral, temos dificuldade de compreendê-lo adequadamente. O mesmo ocorre com a compreensão do atual momento. Como estamos “misturados”, envolvidos e mergulhados nele, por vezes, não conseguimos nos desvencilhar do turbilhão da realidade empírica e imediata. Daí a sensação de caos, ou então, como diria Karel Kosik (1989), não conseguimos ultrapassar a realidade fenomênica e empírica e chegar ao concreto pensado.

Há diversos estudos, pesquisas e discussões acerca do liberalismo. Contudo, em geral, limitam-se a analisar alguns fatos, ideias, aspectos e autores. Poderíamos dizer que se atém uma análise um tanto estática. Poucos fazem uma análise histórica, de longa duração, para averiguar o processo de mudança pelo qual foi passando, para compreender as transformações que ocorreram. Entretanto, julgamos que esta é uma condição *sine qua non* à compreensão do atual momento.

Então, considerando que o atual momento não se explica por si mesmo, como mencionamos, vou me utilizar do recurso das grandes narrativas, que, aliás, estão um tanto fora de moda, cederam espaço ou foram suplantadas pela micro história, pela fenomenologia, pelo pós-modernismo, pela chamada história em migalhas. O objetivo é jogar luz sobre a realidade em que estamos metidos, tanto para compreender as razões do atual momento, seja em âmbito local, seja global, como para enfrentá-la e superá-la.

É claro que, como o liberalismo reúne uma “uma longa história”, em torno de 5 séculos, exigiria longas horas, dias, talvez, semanas de discussão. Por isso, esta análise deve ser entendida como sintética, limitada e precária, na qual, ao invés dos detalhes, priorizamos a busca de um fio condutor que permita identificar as mudanças que foram ocorrendo, compreender o movimento histórico e entender o contexto presente.

2. Momentos marcantes da história do liberalismo

Ao analisar o liberalismo em perspectiva histórica, a título de menção, pois não vamos discorrer sobre isso aqui, podemos identificar seis características básicas, a saber, a ideia de liberdade, de igualdade, o individualismo, a competição, a democracia e a propriedade privada dos meios de produção e, também, assinalar três momentos marcantes, dos quais nos ocuparemos na sequência. O primeiro, e mais longo, em que predomina a defesa do não intervencionismo, do *laissez-faire* e da mão invisível, que se estende praticamente desde o seu surgimento e segue até aproximadamente o final da terceira década do século XX, até 1929. O segundo, representado pelo keynesianismo, em que ocorre uma mudança de rota, com o predomínio do intervencionismo, que se inicia no começo da década de 1930, e se estende até meados da década de 1970, e, por fim, o terceiro, em que predomina um intervencionismo às avessas, o ultraliberalismo, que vai da crise do petróleo e do golpe militar no Chile, em 1973, e se estende até nossos dias. Vejamos cada um deles.

O *laissez-faire* e a mão invisível: a defesa do não intervencionismo

Analisando-se a história do liberalismo que se estende do seu surgimento até o final da década de 1920, até 1929, pode-se afirmar que sua grande marca é a defesa do máximo de liberdade econômica possível, o combate a todas as formas de intervencionismo, ou se quiserem, a defesa do “estado mínimo”, a luta contra todas as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio, a defesa de uma progressiva liberalização, enfim, a defesa do naturalismo, que pode ser sintetizado pelas expressões: *laissez-faire* e mão invisível.

Esse período pode ser representado emblematicamente pelos embates entre duas posições diferentes, a de Thomas Hobbes (1588-1679) e a John Locke (1632-1704), que foram contemporâneos.

Na perspectiva de Hobbes, temos a defesa de um governo forte, um Leviatã, alegado como uma necessidade para atemorizar a todos, garantir a

segurança, e evitar que o estado de natureza derive numa guerra de todos contra todos. Disso resulta a justificação do absolutismo.

Contudo, essa posição passou a ser criticada sobretudo por Locke³. Para ele, existência de um governo absoluto inibia a liberdade e a individualidade. Em oposição a Hobbes, defendia um governo que zelasse para que cada um pudesse desenvolver seus talentos e promover a livre competição no limite de suas capacidades. Defendia que os indivíduos são portadores de diferentes dons, atributos e habilidade, e, na medida em que o governo não cerceia e inibe, cada um pode atingir uma posição vantajosa para si e para a comunidade.

Na perspectiva de Hobbes, a intervenção é tida como necessária à preservação da liberdade, da segurança e da propriedade. Locke, por sua vez, considerava que desse modo ela inibia a liberdade (política e econômica). Em função disso, defendia a tese do “direito natural”, segundo o qual todos estariam sujeitos a uma mesma lei, tanto para proteger quanto para castigar.

“Todos os homens”, afirmava Locke, citado por Crossman (1980, p. 58), “se acham naturalmente nesse estado e nele permanecem até que, por seu próprio consentimento, fazem-se membros de uma sociedade política”, até que, para preservar a liberdade, por meio de um *pacto* ou *contrato social*, funda-se a sociedade civil destinada a assegurar os direitos naturais, a igualdade, a liberdade, a propriedade.

E como a perspectiva naturalista de Locke correspondia mais ao espírito da época e aos interesses da burguesia endinheirada de competir e enriquecer ainda mais, acabou por se impor. Em função disso, a liberdade econômica, a livre concorrência e competição, passaram a ser as principais bandeiras defendidas pela burguesia.

Mas como é que surge a burguesia? Diria que a burguesia, o liberalismo e o capitalismo surgem praticamente ao mesmo tempo. Para entendê-los melhor, fazemos um breve recuo ao modo de produção feudal.

³ Conferir “Liberalismo: equívocos e consequências”, publicado na coletânea organizada por José Claudinei Lombardi e José Luís Sanfelice, sob o título de **Liberalismo e Educação em Debate**, pela Autores Associados, em 2007.

Naquele momento, assim como no escravismo, vigorava uma forma de organização social praticamente fixa, estamentária, com pouquíssima mobilidade social. Não havia liberdade, nem igualdade. A ideia de indivíduo era praticamente inexistente. Pesava sobre os ombros dos servos, o sustento de todos os estratos sociais. Em função disso, estavam submetidos a uma infinidade de obrigações, quase que insuportáveis. Dentre as quais destacamos:

- o trabalho não pago na *demesne* (fazenda do senhor); **a corveia** – uma espécie de trabalho compulsório a ser realizado nos domínios do senhor durante três dias por semana, com a finalidade de restaurar pontes, residências, construir estradas e demais necessidades do soberano;

- a **Talha** – obrigação de entregar ao senhor parte da produção pelo uso da terra;

- a **capitação** – tributo pago de acordo com o número de membros de cada família (por cabeça) – (obrigação exclusiva dos servos, os vilões estavam isentos);

- o **Censo** – tributo pago (em dinheiro) pelo vilão (o servo não pagava) pelo uso da terra, de acordo com a renda anual;

- a **Banalidade** – tributo devido pelos servos ao senhor pela utilização de suas propriedades, tais como o forno, o lagar, o moinho, os celeiros, as pontes ou as prensas;

- as **taxas de justiça** – taxas a serem pagas pelos vilões e servos para terem direito a julgamento no tribunal do senhor. O tribunal era uma das principais instâncias em que o poder dos senhores se fazia exercer, tanto para dirimir disputas e punir insurgentes e infratores, como para impor e cobrar tributos ou recrutar força militar para defesa e ataque;

- o **Tostão de Pedro ou o dízimo** – taxa de 10% paga à igreja sobre a renda dos fiéis a ser para manutenção dos religiosos e seus serviços, que podia ser paga em espécie, bens móveis ou imóveis. Graças a essa taxação, a igreja se tornou a maior proprietária de terras durante a Idade Média, chegando a deter entre um terço e metade das terras da Europa Ocidental;

- a **Formariage ou da taxa de casamento** – quando o nobre resolvia se casar, todo servo era obrigado a pagar uma taxa para ajudar no casamento. A regra também se aplicava quando um parente do nobre iria se casar. Quanto ao servo, era obrigado a pagar a taxa de consórcio caso quisesse se casar fora do seu feudo. Além disso, se o senhor quisesse, tinha o “*direito da pernada*”, isto é, o direito de dormir com a noiva na primeira noite após o casamento. No caso de viuvez do varão, se a viúva desejasse se casar novamente, deveria pagar uma determinada multa ao seu senhor. Também deveria pagar caso desejasse permanecer viúva ou para que não fosse obrigada a se casar novamente;

- a **mão morta** – taxa a ser paga ao senhor pela família quando da morte de algum servo;

- a **Heriot** – Taxa paga pelo servo ao assumir o feudo no lugar de seu pai no caso da morte deste;

- a **Albergagem** – o servo deveria ceder suas instalações e seus aposentos ao senhor quando de suas passagens pelos feudos;

- a **taxa de resgate** – caso de prisão do senhor, o servo devia pagar uma contribuição para auxiliar no seu resgate.

Enfim, eram tantas as obrigações que condenavam os servos a uma vida miserável. Em decorrência disso, moravam mal, vestiam-se mal e se alimentavam mal.

Mas, não tinham escolha nem se quer para onde fugir, estavam presos à terra, ao feudo e ao senhor. Tudo era feudo, **tratava-se de um modo de vida** (feudal). Além disso, no caso de fuga, as punições eram severas e os fugitivos perdiam a proteção do senhor. Todavia, como as obrigações se tornavam cada vez maiores e praticamente insuportáveis, alguns servos ousavam se evadir mesmo assim. As condições de vida os expulsavam ou os obrigavam a fugir.

Desse modo, sem proteção, diante dos perigos, rumavam para a beira dos portos, das encruzilhadas e fortalezas dos castelos, onde circulavam mais

peessoas, gozavam de um pouco de segurança e podiam viver de pequenas trocas. Assim, desenvolve-se o comércio.

E na medida em que essa forma de vida foi dando mostras de que era viável, que era possível viver do próprio trabalho, longe das obrigações servis, mais e mais servos foram abandonando os feudos. Assim, formaram-se os burgos. Nesse momento, burguês eram simplesmente sinônimo de habitante dos burgos. Não havia nenhuma conotação negativa como passou a ter ao longo do tempo.

E é do desenvolvimento do comércio que surge a ideia de indivíduo, de liberdade, de competição, e, inclusive, de igualdade, que decorria de uma condição prática e concreta, da possibilidade de viver e agir às custas do próprio trabalho. É do comércio que surge a ideia de liberdade e, conseqüentemente, a denominação de liberalismo.

Nesse momento, ainda que, por um curto período de tempo, os trabalhadores se encontravam como iguais e experimentavam uma efetiva sensação de liberdade. Enfim, não estavam mais presos à terra e ao senhor, nem permaneciam submetidos às extensas obrigações servis. Cada um vivia do seu próprio trabalho, daí também surge a ideia de igualdade.

No entanto, alguns “burgueses” que foram enriquecendo mais rapidamente, perceberam que se continuassem a viver apenas às custas do seu trabalho, não conseguiriam acumular mais riquezas do que o que seu trabalho permitia. Assim, de um lado, a burguesia endinheirada começa a comprar títulos, e, de outro, a contratar a mão de obra dos novos “burgueses”. Em decorrência disso, a ideia de liberdade cede espaço e se transforma na liberdade econômica, na liberdade de explorar e submeter a outro.

No campo econômico, foi François Quesnay (1694-1774), que era contemporâneo de Hobbes e Locke, um dos primeiros estudiosos a adequar o naturalismo de Locke ao plano econômico.

Na sua época, vigorava o mercantilismo, marcado por forte intervencionismo, por barreiras alfandegárias, pelos incentivos às manufaturas, pela criação das colônias de exportação e monopólio do comércio entre as colônias e as metrópoles.

Se o absolutismo defendido por Hobbes garantia a defesa da propriedade, também passou a ser visto como limitador da livre concorrência, do desenvolvimento do comércio e dos lucros. Diante disso, Quesnay passou ao combate das medidas protecionistas e à defesa do *laissez-faire*.

Desse modo, inaugura-se uma teoria econômica que advogava o máximo de liberdade, da qual decorre a ideia de que o melhor Estado é aquele que menos governa, que menos intervém, que se preocupa apenas com a preservação da propriedade, a manutenção da ordem e a liberdade individual. Se não ocorrerem intromissões nas leis naturais, diziam, *le monde va de lui-même*, ou seja, o mundo segue por si mesmo, em benefício de todos.

Posteriormente, Adam Smith (1723-1790) transformou o *laissez-faire*, no princípio da *mão invisível*. Paralelamente a isso, a política mercantilista foi se esgotando e cedendo lugar à livre concorrência, à “autorregulação” do mercado.

Stuart Mill (1806-1873) segue pelo mesmo caminho. Defendia que cada um tem o direito de fazer o que quiser, contanto que não prejudique o mesmo direito de seu semelhante. Ou seja, defendia o princípio de que a liberdade de cada um vai até a onde começa a do outro. Afirmava que era necessário defender o *laissez-faire* em função dos perigos do aumento do poder do Estado.

Mas, é Herbert Spencer (1820-1903) que, influenciado por Smith, Thomas Malthus (1766-1834) e Charles Darwin (1809-1882), leva os princípios do *laissez-faire* e da seleção natural ao seu extremo. Não só afirmava a defesa do livre mercado, mas também a lei do mais forte, a seleção natural, a eliminação dos mais frágeis, enfim, o darwinismo social, como condição para o aperfeiçoamento da sociedade. Segundo o autor, não há nenhum problema que os mais fracos pereçam, pois, assim, a humanidade evolui.

No campo econômico, porém, é Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) que leva a teoria naturalista ao seu extremo, defende a ideia da “destruição criativa”. Segundo o autor não há problema em que, na competição, os

agentes mais fracos pereçam, pois, assim, sobrevivem os mais adaptados, os mais espertos, eficientes e produtivos. Tudo em nome do progresso e do desenvolvimento social!

Desse modo, desde o século XVI até o final da década de 1920, o liberalismo seguiu numa contínua e progressiva defesa do *laissez-faire*, do mínimo de intervenção possível e da autorregulação do mercado. Durante essa trajetória, ainda que, com algumas crises, o capitalismo experimentou um longo período de crescimento e concentração de riquezas. O progresso parecia não ter fim.

Mas, como diria Carlos Drummond de Andrade, “No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho ...”. Então, aquilo que era condição de desenvolvimento, entregue à sua própria sorte, à sua irracionalidade, também veio a paralisar, provocou a crise de 1929, a chamada crise da bolsa de Nova York, a maior já experimentada pelo capitalismo em toda a sua história. Milhares de empresas, indústrias e bancos foram à falência e milhões de trabalhadores foram enfeitados e jogados na rua, condenados ao desemprego, à miséria e à violência. Aquilo que era progresso e desenvolvimento, transformou-se em escombros, destruição, desolação e violência. O cenário era calamitoso e desastroso. A burguesia via o mundo literalmente desabar.

Mas, não era só isso. Ao olhar pelo retrovisor e para o lado, via a Revolução Russa de 1917, a criação da União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) em 1922, e o socialismo em franco desenvolvimento, com progresso econômico e social, com emprego praticamente vitalício. Isso passou a exercer uma forte atração sobre os trabalhadores do mundo inteiro, ao mesmo tempo em que despertou o pânico nos liberais e capitalistas.

Ou seja, os dois blocos se encontravam em condições completamente opostas e seguiam em direções contrárias. O liberalismo e o capitalismo estavam ameaçados, pois, a viabilidade do socialismo representava o fim do capitalismo.

Mudança de rota: negação e abandono dos velhos princípios

Antes mesmo de a crise atingir seu ápice em 1929, John Maynard Keynes (1883-1946), que era um dos mais importantes teóricos e/ou ideólogos do liberalismo do século XX, percebia que se não fossem feitas grandes mudanças, o liberalismo e o capitalismo seriam severamente ameaçados. Dizia: “à longo prazo estaremos todos mortos”. Percebia que os princípios que ele e os outros liberais tinham defendido até então, que advogavam o equilíbrio automático do mercado por meio da mão invisível, já não eram mais capazes de resolver o problema criado (KEYNES / KALECKI, 1978).

Então, decidiu agir rapidamente. Porém, se o *laissez-faire* e a *mão invisível* tinham sido as causas da crise, não poderiam fazer parte de sua solução. Logo, se continuassem pelo mesmo caminho, se fizessem mais do mesmo, a crise não só se aprofundaria, como aceleraria a derrocada do liberalismo e do capitalismo.

As preocupações de Keynes, portanto, passaram a se voltar para as estratégias de como combater o socialismo e salvar o capitalismo. Diante disso, mesmo que à contragosto, viu-se forçado a mudar de direção. Então, ao invés de continuar defendendo a livre concorrência, propôs uma mudança de rota, passou a advogar um caminho contrário, o intervencionismo estatal. Para ele não importava se os queijos fossem verdes ou amarelos, importava que tivesse queijos. Quer dizer, não importava se o estado intervém mais ou menos ou se o capitalismo era de um ou de outro tipo. Importa sim salvar o liberalismo e o capitalismo.

Com isso, mesmo que de maneira indireta e involuntária, acabou estimulando o crescimento do próprio Estado. Contudo, acreditava que o velho princípio do individualismo continuava a valer. Dizia:

acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. (Keynes, 1964, p. 380)

Não obstante, apesar de ter “salvo” o capitalismo, Keynes acabou sofrendo muitas críticas. Foi chamado de “ingênuo” e de “cândido”; diziam que “subordinou a política à economia”, que “ameaçava a liberdade” e que não havia “entendido que não se pode salvar valores liberais começando por pô-los, de algum modo, sob suspeita e fazendo com que sua sobrevivência dependa ‘diretamente’ de valores que lhe são opostos” (BARROS, 1992, p. 96). Diziam que ele não havia entendido os perigos do crescimento do Estado.

É do intervencionismo keynesiano, portanto, que decorreu o *welfare state*, o chamado estado de bem-estar social⁴ na Europa, por meio do qual, alguns estados nacionais passaram a garantir alguns direitos aos trabalhadores, principalmente nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, seguridade social, etc. E, no rastro do intervencionismo, nos anos trinta, também foram elaboradas as políticas do *New Deal* (novo acordo)⁵ nos Estados Unidos.

Apesar disso, como se tratava de uma crise profunda, uma crise de superprodução e de superacumulação, o intervencionismo estatal não foi suficiente para resolvê-la. Consequentemente, foi necessário “produzir” uma guerra, a Segunda Grande Guerra Mundial, que a um só tempo, provocou a destruição de muita infraestrutura, de forças produtivas, de tecnologia e exterminou uma imensa massa de trabalhadores. E, aliado ao intervencionismo, foi lançado o Plano Marshall (Programa de Reconstrução

⁴ *welfare state* ou Estado de bem-estar social, também conhecido como Estado-providência, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como o agente que deve regular a saúde, a política e econômica, ou seja, toda a vida social. Nesta orientação, cabe ao Estado garantir serviços públicos e de proteção à população. Por meio dele, hipoteticamente, todo o indivíduo teria o direito a um conjunto de bens e serviços, isto é, de direitos sociais como educação, assistência médica, o auxílio desempregado, renda mínima etc. Na verdade, tratou-se de um estratagema criado pelo capital, sob a direção dos Estados Unidos, para camuflar os antagonismos de classe existentes na sociedade capitalista e impedir que as nações europeias se debandassem para as raias da União Soviética e do socialismo. Atuou como uma espécie de cortina de ferro para impedir o avanço do comunismo e da URSS.

⁵ O *New Deal* (“novo acordo”) foi uma espécie de versão estadunidense para o *Welfare State*, que resultou num programa implementado nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia dos Estados Unidos e ajudar os países que haviam sido atingidos pela Grande Depressão. Nele, incluía investimentos maciços em obras públicas, distribuição de produtos agrícolas, controle de preços e da produção, diminuição da jornada de trabalho, criação do seguro-desemprego e o salário velhice (para os cidadãos com mais de 65 anos).

da Europa). Assim, aliviou a pressão sobre as relações de produção, reativou a economia e desencadeou um novo processo de desenvolvimento do capital.

Com isso, não só se resolveu o problema da crise dos anos de 1930, como gerou uma nova etapa de acumulação, tendo como indutor e controlador o próprio estado. Mas, essa etapa de crescimento também atingiu seu limite, esgotou-se e gerou uma nova crise no final da década de 1960 e início da de 1970.

Então, como “a história se move por contradição” (Autor, 2021), pode-se falar que aquilo que provocou o desenvolvimento, também veio a paralisar, gerou o seu contrário, uma nova crise e, por conseguinte, a exigência e necessidade de uma nova mudança nos rumos do liberalismo.

Rumo ao ultraliberalismo

A etapa de desenvolvimento, que resulta do intervencionismo estatal, que se inicia no começo da década de 1930, passa pelo *welfare state*, pelo *New Deal* e pelo Plano Marshall, estende-se até o início da década de 1970, mais especificamente até 1973, na chamada crise do petróleo e no golpe militar no Chile.

É importante mencionar que, na medida em que a Segunda Grande Guerra promoveu muita destruição de infraestrutura, de forças produtivas e eliminou muitos trabalhadores, exerceu um papel fundamental na resolução da crise de 1929. Foi dos escombros e da tragédia humana que o capital se utilizou para reativar a economia e realizar uma nova etapa de desenvolvimento e acumulação.

A nova crise, por sua vez, também se constitui numa crise de superacumulação e superprodução. O choque travado entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes à época, desencadearam uma nova crise e forçaram uma nova mudança de rota do liberalismo. Como o capital não admite barreiras nem fronteiras, como sua sanha de acumulação não tem limites, é insaciável, as relações de produção existentes, acabaram gerando a nova crise.

Milton Friedman (1912-2006), que foi um dos principais seguidores da Escola de Chicago, assessor do Presidente Richard Nixon (1969-1974), conselheiro do governo de Augusto Pinochet (1973-1990) e de Ronald Reagan (1981-1989), dizia que “quando ocorre uma crise, as decisões tomadas dependem das ideias existentes no momento” (FRIEDMAN, 1985, p. 07).

Pois bem, ao voltar-se para a história, de um lado, os liberais viam à distância o *laissez-faire* e a mão invisível, que aliás, tinham sido responsáveis pela maior crise ocorrida até então, e, de outro, o intervencionismo, responsável pela nova crise. Isso significa que as referências do passado já não eram boas companheiras, nem ofereciam alternativas confiáveis e orientações seguras para enfrentá-la e resolvê-la. Contudo, serviam para pensar e entender o que deveria ser evitado.

Além do mais, como os liberais não cogitavam abandonar o liberalismo nem o capitalismo, e, como a crise era resultado das políticas intervencionistas, a solução não poderia advir de sua continuidade, fazendo mais do mesmo, isto é, ampliando ainda mais os direitos sociais e o próprio Estado.

Contudo, também não adiantava tentar convencer os trabalhadores que, se no passado, diante da crise de 1929, o capital teve que “ceder”, ou então, se os trabalhadores “conquistaram” alguns direitos, para resolver a nova crise, os trabalhadores tinham que “cedê-los” ou renunciá-los.

Para o capital, face aquilo que denominam de crescimento do Estado, a nova crise se revelava como impossibilidade de continuar ampliando a acumulação. Por conseguinte, diante da resistência de os trabalhadores “cederem” os direitos, o capital lançou mão de um artifício, forjou uma crise para justificar a realização de reformas e garantir uma nova etapa de acumulação.

Assim, desencadeou a chamada crise do petróleo, que resultou de um acordo entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, que implicou numa drástica redução da produção e, conseqüentemente, em um abrupto aumento dos preços. Desse modo, desencadeou-se uma crise de proporções globais,

que se espalhou por todo o planeta e forçou a realização de mudanças radicais e profundas nas relações de produção.

Entretanto, como os trabalhadores teimavam em resistir, para destravar as mudanças, o capital recorreu ao seu braço armado e desencadeou um golpe militar, seguido de muita repressão. O primeiro “ensaio” ocorreu no Chile, com o golpe de 1973, arquitetado e desencadeado pela CIA, que suplantou o governo de Salvador Allende (1970-1973) e, em seu lugar, plantou o general Augusto Pinochet.

A partir daí, inicia-se um período de repressão brutal que deixou um saldo de mais de 40 mil mortos, aniquilou-se os sindicatos, quebrou-se as resistências dos trabalhadores e se impôs um intenso programa de privatização e de eliminação dos direitos sociais.

Estas políticas ganharam força em 1979, com eleição de Margareth Thatcher (1979-1990) e a derrota dos trabalhistas na Inglaterra. Thatcher levou ao extremo a luta contra os sindicatos. Em função de sua posição de confronto com os sindicatos e de combate ao socialismo, ficou conhecida como a “dama de ferro”.

Um ano depois, em 1981, Ronald Reagan assume o poder nos Estados Unidos e leva adiante uma política assemelhada, mas, com incentivos voltados principalmente para a área militar, na tentativa de conter e aniquilar a União Soviética. O mesmo ocorreu na Alemanha em 1982 e na Dinamarca em 1983. A partir daí, expandiu-se pela Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria.

Paralelamente a isso, como corolário das tramas e das lutas contra a Rússia, contra o socialismo e a União Soviética, em 1989, é derrubado o Muro de Berlim, símbolo do fim do socialismo real. É importante ressaltar, porém, que não se trata de queda, e sim, da destruição da União Soviética, resultado de um plano arquitetado, notadamente pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, e de uma luta incansável para exterminá-la. Afinal, a viabilidade do socialismo implicaria no fim do capitalismo juntamente com sua ideologia, o liberalismo.

Nesse mesmo ano, é estabelecido o *Consenso de Washington*, que se compunha de um receituário a ser aplicado especialmente na América Latina, articulado em torno de um pensamento único, a defesa do máximo de liberalização possível do mercado, cuja expressão maior se encontra no “enxugamento do Estado”, no chamado “Estado mínimo”, na defesa de um intenso programa de privatizações, pois, dessa forma o grande capital se desembaraçava de seus entraves, quebrava barreiras, rompia fronteiras, ampliava as possibilidades de acumulação e tentava resolver sua crise.

A partir da destruição da União Soviética e do *Consenso de Washington*, sem um inimigo para atribuir a culpa, responsabilizar e justificar todas as mazelas do mundo, o capital ficou livre, leve e solto para fazer o que quisesse, para impor sua ditadura ao redor do planeta e tentar transformá-lo e reduzi-lo à sua imagem e semelhança.

Na América Latina as políticas liberalizantes, com exceção do Chile, que começou a colocar em prática a partir de 1973, são implementadas principalmente depois do final da década de 1980, após o *Consenso de Washington*.

Contudo, partindo do pressuposto de que, com as ditaduras militares, os Estados Unidos haviam docilizado os trabalhadores e consolidado o velho ideário da Doutrina Monroe de 1823, “América para os americanos”, que tinham aniquilado a União Soviética e, enfim, que haviam consolidado o poder hegemônico mundial, tratava-se de avançar sobre os territórios que antes se encontravam sob o domínio da URSS, consolidar a dominação no Oriente Médio e se apossar das fontes de energia, dos poços de petróleo.

Disso resultou a guerra dos Estados Unidos, contra o Iraque e Saddam Hussein, na chamada operação *Tempestade no Deserto*, comandada por Bill Clinton, entre agosto de 1990 e março de 1991; a nova invasão do Iraque, em 2001, liderada por George W. Bush (filho), sob a mentirosa acusação de que Saddam possuía armas de destruição em massa (nunca encontradas); a invasão da Líbia em 2011, e a caçada a Muammar al-Gaddafi; a chamada Primavera Árabe, patrocinada e fomentada pelos Estados Unidos, que se inicia em 2010 e se intensifica a partir de 2014, disseminando conflitos,

estimulando guerras civis e derrubando uma série de governos denominados de “ditadores”, pois, apesar de não se oporem totalmente, também não se subordinavam incondicionalmente aos ditames de Washington.

Porém, enquanto os Estados Unidos estavam ocupados com os conflitos no Oriente Médio e no Norte da África, descuidaram-se da América Latina que pensavam estar completamente adestrada. Assim, no rastro da destruição produzida pelos governos pró-yankees e pela aplicação do receituário do *Consenso de Washington* e do Banco Mundial, como no caso de Carlos Menem (1989-1999) da Argentina, que dizia ter uma espécie de “relação carnal” com os Estados Unidos, e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no Brasil, na esteira da resistência de Cuba aos infundáveis ataques impetrados pelo império estadunidense objetivando “afundar a ilha caribenha”, chegam ao poder uma série de governos identificados com os interesses populares. A começar por Hugo Chávez na Venezuela (1999), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Rafael Correa no Equador (2005), Evo Morales na Bolívia (2006) e José Mujica no Uruguai (2010).

Ao mesmo tempo, em função de tantos ataques e ameaças à Rússia, de um lado, os Estados Unidos acabaram por forçá-la a ressurgir, sobretudo, como potência militar, e, de outro, viram a China crescer, agigantar-se, ocupar espaço na América Latina e no mundo, e ameaçar sua hegemonia global. Tudo isso colocou os Estados Unidos em polvorosa, pois, lhes parecia ter perdido o controle sobre a América Latina, já não conseguiam controlar a Rússia e a China, e seu poder e sua hegemonia se encontravam ameaçados.

Contudo, como enfrentar tantas frente, manter suas posições e o controle no Oriente Médio e no Norte da África, conter a Rússia e a China, e recuperar o controle sobre a América Latina? A estratégia foi lançar mão novamente de uma arma gigantesca, já “testada” e utilizada no passado. Não falo das bombas nucleares, nem de metralhadoras, canhões de última geração ou de mísseis hipersônicos, falo sim do petróleo, que foi transformado numa arma poderosíssima capaz de atingir, a um só tempo, todo o planeta.

Como a economia global depende praticamente do petróleo, os Estados Unidos fizeram um novo acordo com a Arábia Saudita. Inundaram o mundo de petróleo, que se somou à grande extração de Xisto nos Estados Unidos. Com isso, ao invés de os preços aumentarem como havia ocorrido os anos de 1970, ocorreu o inverso, despencaram drástica e repentinamente. De cerca de 130 dólares ao barril, em poucos meses, havia chegado a 27 dólares.

Isso provocou o colapso das principais economias petroleiras, dentre elas, das grandes produtoras e detentoras das maiores reservas do mundo, como no caso da Venezuela, da Rússia, do Brasil, do Irã, da Síria, e, por extensão, atingiu também a China, tidos pelos Estados Unidos como seus principais inimigos, seja em função de seu potencial econômico, como no caso do Brasil e da China, seja por questão política e das reservas petrolíferas, no caso da Venezuela, da Rússia, do Irã, da Síria e também do Brasil. A ideia era provocar uma grande crise econômica, fomentar conflitos e insurreições internas, desestabilizar governos, desencadear tramas e golpes, e reassumir o controle, além de, estimular a sua indústria bélica. E, de quebra, causar a impressão de que os Estados Unidos não tinham nada a ver com tudo isso, que se devia à mera incompetência dos governos locais.

Os resultados todos sabemos. Na América Latina, tivemos o golpe em Honduras, contra o Presidente José Manuel Zelaya Rosales (2009); no Paraguai, contra de Fernando Armino Lugo de Méndez (2012); na Bolívia, primeiro tivemos as tentativas de golpe e depois o próprio golpe contra Evo Morales; no Equador, contra Rafael Correa (2010) e no Brasil, contra Dilma Rousseff (2016), dentre outros. Uma questão a se observar é que, no momento do golpe em Honduras, no Paraguai e no Brasil, a embaixadora dos Estados Unidos em todos esses países foi a mesma, a Dona Liliana Ayalde. Também é importante lembrar que, em 2002, os Estados Unidos já haviam dado um golpe na Venezuela e deposto o presidente Hugo Chávez, que logo retornou ao poder.

Enfim, no atual momento, como resultado desse processo de remoção de barreiras e de uma prática predatória, o capital se encontra ainda mais concentrado e amplia sua crise de superacumulação e superprodução. A

concentração de capital chega ao cúmulo em que apenas cinco brasileiros detêm mais fortuna do que a metade da população do país, e oito pessoas, as mais ricas do mundo, controlam mais riquezas do que a metade da população do planeta.

É importante mencionar que, parte do capital, resultado do trabalho expropriado e alienado, ao ser acumulado, transforma-se em tecnologia que, no atual momento, encontra-se extremamente desenvolvida. Com isso, já não mais demanda (o capital) de tantas mãos, braços e cérebros para atender as suas necessidades. As tecnologias, as máquinas, a inteligência artificial os substitui. Em consequência disso, de acordo com as projeções, num curto espaço de tempo, entre cinco e dez anos, mais da metade das atuais formas de trabalho e de empregos devem desaparecer, produzindo, assim, bilhões de trabalhadores que são ou serão simplesmente descartados em todo o mundo. Traduzindo, sob o modo de produção capitalista, o trabalho, transformado em capital, volta-se da forma mais perversa possível contra o próprio trabalhador.

Diante disso, como resolver essa crise na esfera do capital? O que fazer com o grande exército de sobrantes e como continuar acumulando uma vez que é insaciável? É importante lembrar que presenciamos, simultaneamente, uma crise do capital e uma crise de hegemonia. Crises dessa natureza e dessa magnitude certamente não se resolvem pacificamente ao redor de uma mesa de negociações, sem grandes conflitos. Basta ver como se resolveram outras crises assemelhadas no passado.

Portanto, para resolver efetivamente a crise, exigiria uma transformação estrutural da sociedade. Todavia, ao que parece, essa opção não está colocada no momento. Então, o recurso do capital é recorrer aos golpes de estado e à realização de reformas, aliás, como tem ocorrido e estão ocorrendo ao redor do mundo. Contudo, se isso resolve parte da crise, isto é, possibilita ampliar sobretudo a acumulação do capital financeiro, não elimina nem forças produtivas responsáveis pela superprodução, nem parte do exército de mão de obra, os trabalhadores sobrantes.

Consequentemente, os golpes e as reformas não são suficientes para resolver a crise. Logo, uma grande guerra não está descartada. Pois, ela concentra e carrega em si os três elementos básicos e necessários para a resolução da crise do capital, a saber, promove a destruição de forças produtivas, de tecnologia, de infraestrutura e trabalho humano, tal como ocorreu no passado. Além disso, mobiliza e fomenta toda a indústria bélica, motor da economia estadunidense.

Desse modo, começamos a entender por que os Estados Unidos tem promovido tantas provocações e desencadeado tantos conflitos ao redor do mundo, especialmente, como temos visto nos últimos anos, contra o Irã, a Coreia do Norte, a Síria, a Rússia, a China e a Venezuela. Contra o Brasil não tem sido necessário porque arquitetaram e cancelaram o golpe de 2016, e plantaram os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, cuja maior honra é se prostrar e servir ao império.

O fato é que os Estados Unidos só saem da crise com uma grande guerra. Contudo, como até o momento, nenhum país/governo “mordeu a isca” e não caiu nas suas provocações, o coronavírus está fazendo, parcialmente, as vezes da guerra, eliminando trabalhadores. Não por acaso Donald Trump, Jair Bolsonaro e também Boris Johnson, num primeiro momento, ao invés de combater a Covid-19, combateram a ciência, fomentaram o negacionismo, estimularam as aglomerações, alimentaram o vírus, e, consequentemente, provocaram e estão provocando um verdadeiro genocídio.

No caso de Jair Bolsonaro, no governo, ele dá continuidade às políticas de extermínio que vem defendendo de longa data. Em um de seus discursos, por exemplo, feito na Câmara dos Deputados, em 5 de agosto de 2010, em defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 584, apresentada oito anos antes, para estimular a esterilização em massa pelo Sistema Público de Saúde (SUS), de pessoas que não tinham condições de pagar por uma vasectomia ou laqueadura, dizia que

Uma das grandes causas da fome, da miséria e da violência é crescimento populacional exagerado. (...) Não tem mais lugar para se deitar na praia. É gente demais! temos que colocar um ponto final nisso se quisermos produzir felicidade em nosso país. (SEAAC, 2021).

E enfatizava o hoje Presidente da República: “[Devem ser esterilizadas] Para que não fiquem apenas, cada vez mais, colocando no mundo gente que, infelizmente, em sua grande maioria, não servirão para o futuro do nosso país”. (Idem).

De acordo com pesquisadores da Universidade de São Paulo, que realizaram um estudo sistemático acerca dos discursos e ações do governo durante a pandemia, o aparente descaso no combate à Covid-19 e na compra de vacinas, bem como o combate ao isolamento social para evitar as infecções e as mortes, mais do que incompetência e negligência, revelam “a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo federal sob a liderança do Presidente da República”. (GALVANI, 2021). Logo, não faz sentido a acusação de que se trata de um genocida, de um negrogoverno? Ou seja, não se trata de um desgoverno e sim de um governo à serviço do extermínio e da morte.

Aliás, a ideia de se fazer um controle populacional no Brasil não é uma ideia original de Bolsonaro. Surge no Estados Unidos, a que Bolsonaro devota e bate continência. Em 1974, o então secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, escreveu um “Relatório de Kissinger” intitulado “Memorando de Estudo de Segurança Nacional 200: Implicações do Crescimento Populacional Mundial para a Segurança e os Interesses Ultramarinos dos Estados Unidos”, entregue a Gerald Ford, presidente estadunidense à época, em que afirma que o crescimento da população mundial se constituía numa ameaça ao seu país e, para evitar este risco, era necessário implantar uma política de controle da natalidade com anticoncepcionais e esterilização em massa, e que os Estados Unidos deveriam investir milhões de dólares em todo o mundo com esse objetivo.

Dentre os países que mencionava como objeto de preocupação, acompanhamento e “investimento” se encontravam a Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Brasil, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia. (BETTENCOURT, 2021).

Sim, se conjugarmos a “PEC do fim do mundo” que congela os gastos por vinte anos, a Reforma Trabalhista, a Terceirização, a Reforma da previdência, os cortes de recursos da educação e da saúde, e a negação da ciência, verificaremos que está em curso um verdadeiro plano de extermínio. Consequentemente, as reformas se constituem numa espécie de atualização das relações de produção à atual etapa de desenvolvimento das forças produtivas e do capital, atendendo às exigências de acumulação.

Todavia, se, a partir do golpe de 2016, a situação já era calamitosa, com a chegada do coronavírus, transformou-se numa “tempestade perfeita”. Não é por acaso que, como dissemos, depois de ter passado pela Escola de Chicago e de ter feito um estágio no Chile durante a ditadura de Pinochet, Paulo Guedes acabou virando Ministro da Economia de Bolsonaro, disposto aproveitar a “distração” e imobilização dos trabalhadores devido à pandemia, para colocar “granadas em seus bolsos”. O resultado é um rastro de destruição e devastação sem precedentes, seja de vidas, de relações humanas, de direitos sociais e das condições de trabalho, seja do meio ambiente.

Em suma, analisando-se o liberalismo em perspectiva histórica e dialética, como dissemos, encontramos três momentos marcantes. O primeiro, que denominamos de Tese, é chamado comumente de liberalismo clássico, no qual predomina a vigência do *laissez-faire* e da mão invisível, em que ocorre uma progressiva defesa da liberalização e do mínimo de intervenção estatal possível na economia. O segundo, é o da Antítese, em que, devido à grande crise de 1929, para resolvê-la, isto é, para salvar o liberalismo e o capitalismo, os liberais viram-se forçados a negar os princípios que sempre defenderam – o *laissez-faire* e a mão invisível –, e afirmar aquilo que sempre negaram, o intervencionismo, a defesa do Estado. E o terceiro, que denominamos de Síntese, é o ultraliberalismo. Não se trata nem de retorno ao *laissez-faire* e à mão invisível defendidos durante o liberalismo clássico, nem de abandono do intervencionismo keynesiano. Ao invés disso, temos, simultaneamente, uma intervenção estatal às avessas, com a finalidade de enxugar o próprio Estado, de reduzi-lo o máximo possível

em direitos sociais e de fortalecê-lo em termos de controle, arbitrariedade e repressão.

Além disso, se no passado, durante o liberalismo clássico, os liberais, de certo modo, abominavam o Estado e faziam todo o possível para estigmatizá-lo, a partir da crise de 1929, descobriram que ele não só é importante como necessário à defesa de seus interesses e da propriedade, que, sem o Estado, a propriedade não subsiste. Por isso, ao invés do fim do Estado, deslocam as discussões e preocupações para a demarcação da extensão e dos limites da intervenção. Aliás, como se pode verificar durante a pandemia, a burguesia está longe de ser inimiga do Estado, é inimiga do estado social, quando colocado a serviço dos trabalhadores. Nas crises, por exemplo, não hesitaram um só segundo em recorrer a ele e se locupletar com ele.

Ademais, como se pode verificar, analisando-se o liberalismo em perspectiva histórica, em termos de nomenclatura, não há justificativa política, econômica ou analítica para se denominar a etapa que se estende do início da década de 1970 aos dias atuais, de neoliberalismo. Diferente disso, como dissemos, trata-se do ultraliberalismo. O neoliberalismo, ou então, o que há de novo no liberalismo, é a antítese do liberalismo clássico, são as políticas keynesianas, o *welfare state* e as políticas do *New Deal*, ou então, o intervencionismo.

O problema, entretanto, não está propriamente na denominação, nem quereremos jogar na confusão ou propor qualquer revisionismo. Afinal, como é de conhecimento de todos, tornou-se senso comum denominar atual a fase do liberalismo como sendo neoliberalismo. Contudo, como as decisões, as ações e as lutas dependem da compreensão e da interpretação que temos do mundo e da realidade, interessa-nos sim compreendê-lo adequadamente para poder intervir, enfrentá-lo e superá-lo.

Ademais, com as mudanças decorrentes do intervencionismo, da chamada “revolução keynesiana”, através das políticas do *estado de bem-estar social*, os trabalhadores que antes se sentiam “excluídos”, a partir de então, passaram a se sentir como se tivessem sido “incluídos” (pelo capital).

Consequentemente, implicou numa série de consequências para as lutas dos trabalhadores, pois, na medida em que eles conquistaram ou que a burguesia cedeu alguns direitos (questão polêmica), ficaram presos a eles. Em função disso, quando ela recuperou forças, se rearticulou e partiu novamente para o ataque e passou a reduzir o Estado, privatizar, desburocratizar, flexibilizar os direitos e aumentar o desemprego, os trabalhadores, sentindo-se ameaçados e “excluídos”, ao invés de levantar a bandeira contra o liberalismo e contra o capitalismo, levantaram “fora neoliberalismo”. Não colocaram em questão nem o liberalismo, de quem o neoliberalismo é apenas uma de suas formas e expressões, nem o capitalismo, de quem se constitui em ideologia.

Assim, as bandeiras de luta deixaram de ser pelo fim da exploração e da dominação, pela transformação profunda da sociedade e pelo fim do modo de produção capitalista. Até parece que nos convencemos de que Fukuyama estava certo e que história havia chegado ao fim, que o capitalismo era o limite, e que não restava alternativa senão promover reformas.

Com isso, as lutas passaram a ser por “uma sociedade **mais** justa”, “um capitalismo **menos** selvagem, **mais** humano”, “**diminuição** das desigualdades”, “**menos** violência”, “**mais** escolas”, “**mais** saúde”, “**mais** trabalho”, “**melhor** distribuição da riqueza”, enfim, “**melhor** distribuição de terra”, e não se falava na luta **pelo fim** do modo capitalista de produção, **pelo fim** da exploração, da pobreza, da dominação e das classes; **pela socialização** da produção, por uma sociedade **justa, sem desigualdades**, por uma sociedade **igualitária** de fato, isto é, **pela superação definitiva dos antagonismos sociais**. (autor, 2007).

O problema não está em defender os direitos e o Estado. O problema está em transformá-los no limite de nossas lutas. Afinal, como afirma Engels na *Introdução à Guerra Civil em França*, o Estado

não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra (...). Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado.

E enquanto ficávamos presos às reformas, acreditando que, de reforma em reforma, navegaríamos rumo ao “paraíso”, a burguesia, que há muito tempo deixou de ser sinônimo de habitante dos burgos, e de estar preocupada com o desenvolvimento científico, com o progresso social, enfim, com uma perspectiva civilizatória, transformou-se simplesmente em sinônimo de rapinagem, devastação e destruição. A antiga ideia de liberdade transmutou-se na liberdade de repressão e dominação, revelando seu lado mais perverso, nefasto e cruel, que não deixa atrás de si senão apenas escombros, cinzas e cadáveres, de tal modo que, quando olhamos para o passado e comparamos com o liberalismo idealizado pelos pensadores modernos, torna-se praticamente irreconhecível, parecendo-se uma peça de museu totalmente desfigurada.

Por fim, é importante ressaltar que, sendo fiéis à boa dialética, precisamos admitir que a síntese, o ultraliberalismo, não representa o fim da história. Apesar de conjugar e concentrar o que há de pior no liberalismo, de se revelar como uma grande tragédia, uma regressão civilizatória e humanitária, constitui-se numa nova tese, e, enquanto tal, também temos que reconhecer que, objetivamente, pode não representar a sua etapa derradeira.

Tudo isso coloca a urgente e indispensável necessidade da transformação radical da sociedade, para colocar a produção, que é resultado do trabalho coletivo, em benefício do conjunto dos produtores, e transformar a ideologia da liberdade, da igualdade e da democracia, numa realidade efetiva.

Referências bibliográficas

BETTENCOURT, Dom Estêvão. **O Relatório Kissinger e os Países em Desenvolvimento.** Disponível em: <<https://escritomundial.wordpress.com/2013/07/27/o-relatorio-kissinger-e-os-paises-em-desenvolvimento>>. Com acesso em: 26.05.21.

CROSSMAN, R. H. S. **Biografia do Estado Moderno.** São Paulo: livraria editora ciências humanas, 1980.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>.

Com acesso em: 18.08.19.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GIOVANNA GALVANI. **Governo Bolsonaro atuou para disseminar o coronavírus, diz estudo.** Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-atuou-para-disseminar-o-coronavirus-diz-estudo/>>. Com acesso em: 06.05.21.

KEYNES, J.M. **The general theory of employment, interest and money.** New York: HBJ Book, 1964.

KEYNES, John Maynard e KALECKI, Michal. **Vida e Obra.** São Paulo: Abril, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, K. e ENGLS, F. **A ideologia alemã.** 1º capítulo seguido das “Teses sobre Feuerbach”. Lisboa: Avante, 1981.

MARX, K. **Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, vol.1, s/d.

ORSO, P. J. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In.: LOMBARDI, J. C. e SANFELICE, J. L. **Liberalismo e educação em debate.** Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

ORSO, P. J. **Um centenário da Revolução Russa (1917–2017) e a burguesia revela seu lado perverso.** Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651229/17589>>. Com acesso em: 06.05.21.

SEAAC. **Política de morte adotada na pandemia dialoga com velhas propostas de Jair Bolsonaro.** Disponível em: <<https://www.seaaccampinas.org.br/politica-de-morte-adotada-na-pandemia-dialoga-com-velhas-propostas-de-jair-bolsonaro/>>. Com acesso em: 20.03.21.